



SERVIÇOS FINANCEIROS

ONIX

GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

CNPJ nº 49.937.055/0001-11

Relatório da Administração

Senhores Cotistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2021, 2020 e 31 de dezembro de 2020, da GMAC Administradora de Consórcios Ltda., e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados e a Administração tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".
São Paulo, 20 de agosto de 2021

A Administração

Balanços Patrimoniais

EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Jun/21	Dez/20
CIRCULANTE		222.572	242.447
Disponibilidades	4	54	1.810
Instrumentos Financeiros	5	220.516	229.294
Títulos e Valores Mobiliários		220.516	229.294
Outros Ativos		2.002	11.343
Diversos	6	2.002	11.343
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		687.625	646.795
Instrumentos Financeiros	5	587.665	554.409
Títulos e Valores Mobiliários		587.665	554.409
Créditos Tributários	6	50.974	59.005
Outros Ativos		48.986	33.381
Diversos	6	48.986	33.381
TOTAL DO ATIVO		910.197	889.242

PASSIVO	Nota	Jun/21	Dez/20
CIRCULANTE		298.865	309.507
Provisões	8	61.429	74.680
Outras obrigações		237.436	234.827
Fiscais e previdenciárias	9	14.190	4.741
Recursos Não procurados	8	220.097	228.636
Diversas	8	3.149	1.450
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		11.871	14.311
Provisões	8	2.263	3.427
Outras Obrigações	9	9.608	10.884
Fiscais e previdenciárias	8	9.608	10.884
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		599.461	565.424
Capital social	11	543.132	543.132
De domiciliados no país		543.132	543.132
Reservas de Lucros		56.329	22.292
TOTAL DO PASSIVO		910.197	889.242

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por lote de mil cotas)

	Nota	Jun/2021	Jun/2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		19.897	34.719
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	19.897	34.719
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		19.897	34.719
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		31.751	9.173
Receitas de prestação de serviços	12	127.200	106.610
Outras despesas administrativas	13	(81.269)	(87.371)
Despesas tributárias	16	(13.671)	(16.566)
Outras receitas operacionais	14	3.391	11.331
Outras despesas operacionais	15	(3.900)	(4.831)
RESULTADO OPERACIONAL		51.648	43.892
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(92)	(279)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		51.556	43.613
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7a	(17.519)	(14.816)
Provisão para imposto de renda	7b	(6.937)	(6.758)
Provisão para contribuição social	7b	(2.502)	(2.437)
Ativo fiscal diferido	7e	(8.080)	(5.621)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	11	34.037	28.797
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO COTAS - 543.132.650		0,06	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Jun/2021	Jun/2020
Lucro Líquido do Semestre	34.037	28.797
Resultado Abrangente do Semestre	34.037	28.797
Atribuível a Controladora	34.037,25	28.796,88
Atribuível aos Não Controladores	0,14	0,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Jun/2021	Jun/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro ajustado		31.489	5.710
Lucro líquido		34.037	28.797
Ajustes ao lucro líquido		(2.548)	(23.087)
Provisões e obrigações legais	10b	583	1.288
Atualizações para depósito em garantia e impostos a compensar	14	(753)	(4.472)
Impostos diferidos e créditos tributários	7e	8.080	5.621
Provisões para imposto de renda e contribuição social corrente	7b	9.439	9.195
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	(19.897)	(34.719)
Variações das contas de ativo e passivo operacional		(28.665)	(15.110)
Aumento/Redução de outros créditos		1.620	(29.100)
Aumento/Redução em outras obrigações		(23.140)	21.782
Imposto de renda e contribuição social pagos		(7.181)	(7.792)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		2.824	(9.400)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aumento) em títulos e valores mobiliários		(4.580)	11.580
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(4.580)	11.580
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.756)	2.180
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres		1.810	846
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestres		54	3026

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações Consolidadas das Variações nas Disponibilidades dos Grupos de Consórcios

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Jun/2021	Jun/2020
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DOS SEMESTRES	412.730	544.488
Depósitos bancários	4.055	3.033
Aplicações financeiras	408.675	541.455
(+) Recursos coletados	549.906	486.581
Contribuições para aquisição de bens	399.771	357.124
Taxa de administração	109.265	91.223
Contribuições ao Fundo de reserva	17.942	11.947
Rendimentos de aplicações financeiras	4.069	7.620
Multas e juros moratórios	2.699	3.080
Prêmios de seguro	10.408	8.357
Custas Judiciais	3	-
Outros	5.749	7.230
(-) Recursos utilizados	509.327	492.621
Aquisição de bens	294.938	233.913
Taxa de administração	113.344	95.723
Prêmios de seguro	1.349	1.539
Prêmios de seguro	11.015	8.929
Custas judiciais	54	3
Devolução a consorciados desligados	23.033	56.091
Outros	65.645	96.426
DISPONIBILIDADES NO FIM DOS SEMESTRES	453.309	538.448
Depósitos bancários	5.211	5.566
Aplicações financeiras (nota 5)	448.098	532.882

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

A conta "Outros créditos - diversos" possui a seguinte composição:

	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social a compensar (a)	36.157	30.379
Crédito tributário - imposto de renda e contribuição social (nota 7c)	50.974	59.005
Previdores por depósitos em garantia (b)	14.441	13.538
Outros	330	807
Total	101.962	103.729
a) Refere-se substancialmente à imposto de renda retido na fonte sobre Títulos e Valores Mobiliários - CDB Pré-Fixado e imposto de renda e contribuição social a compensar do semestre corrente.		
b) Refere-se substancialmente à recuperação junto aos agentes de consórcios de valores de comissões pagas pela venda de cotas de consórcio que foram posteriormente canceladas.		

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL incidentes sobre as operações dos semestres:

	2021	2020
Imposto de renda	17.519	14.816
Resultado antes da tributação	51.556	43.613
Alíquotas utilizadas para o cálculo	25%	25%
Despesa de acordo com as alíquotas	(12.889)	(10.903)
Total IR e CS sobre despesas permanentes	(12.889)	(10.903)
Outras adições/exclusões permanentes	(2)	-
Adicional do imposto de renda	12	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício	(12.879)	(10.891)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(17.519)	(14.816)

b) Composição dos créditos/despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020:

	2021	2020
Imposto de renda	17.519	14.816
IR e CS correntes devidos no exercício	(6.937)	(2.502)
Prejuízo Fiscal e base negativa de CSLL	(2.978)	(1.072)
Provisão para cíveis e trabalhistas	(134)	(48)
Provisão para riscos fiscais	22	8
Provisões para comissões	(2.815)	(1.014)
Realização/constituição de passivo fiscal diferido:		
Correção de depósitos judiciais	(36)	(13)
	(12.879)	(4.640)
Total	(17.519)	(14.816)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	2021	2020
Imposto de renda	20.447	23.425
Prejuízo fiscal e base negativa	7.411	8.483
Adições temporárias:		
Provisões para riscos fiscais	2.712	2.691
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	1.021	1.155
Provisões para comissões	13.264	16.079
Total do crédito tributário	50.974	59.005

d) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 junho de 2021:

	IR	CS	Valor contábil	Valor presente*
Ano	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Base Negativa	Total
2021	13.491	52	19	18.419
2022	2.167	14.243	780	22.317
2023	120	6.152	43	8.579
2024	880	-	317	1.197
2025	340	-	122	462
Total	16.998	20.447	6.119	50.974

(*): O valor presente, calculado com base na taxa SELIC, é de R\$45.136 em 30 de junho de 2021.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital	Reservas de Lucro Legal	Outras	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 30 de junho de 2020	543.132	5.044	27.357	-	575.533
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	(10.109)	-
Reserva Legal	-	(506)	-	506	-
Reserva de lucros	-	-	(9.603)	9.603	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	543.132	4.538	17.754	-	565.424
Lucro líquido do exercício	-	-	-	34.037	34.037
Reserva Legal	-	1.702	-	(1.702)	-
Reserva de lucros	-	-	32.335	(32.335)	-
Saldo em 30 de junho de 2021	543.132	6.240	50.089	-	599.461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcios

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Jun/21	Dez/20
ATIVO	1.113.502	1.018.405
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.211	4.055
Depósitos Bancários	5.211	4.055
Instrumentos Financeiros (Nota 5C)	448.098	408.675
Outros Créditos	660.193	605.675
Direitos com consorciados contemplados	660.193	605.675
Normais	653.511	599.267
Em atraso	6.123	5.512
Em Cobrança Judicial	559	896
Compensação	6.077.520	6.583.801
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	50.475	50.310
Contribuições Devidas ao Grupo	3.218.635	3.462.106
Valor dos bens a contemplar	2.808.410	3.071.385
TOTAL DO ATIVO	7.191.022	7.602.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021, 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora") tem como atividade a administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos.
Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos custos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas para a Administradora e os grupos de consórcios consolidados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF, lei das sociedades por ações, incluindo as alterações normatizadas pelo BACEN, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. A aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria ocorreu em 20 de agosto de 2021.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução BCB nº 2/2020 foram incluídas, nas demonstrações contábeis. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do semestre social imediatamente anterior e as demais as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são as seguintes:

- Administradora
- Resultado das operações
A taxa de administração paga pelos participantes dos consórcios é reconhecida como receita de prestação de serviços por ocasião do recebimento das parcelas dos grupos de consórcios. As despesas de comissões de venda das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da comercialização. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.
- Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional - CMN são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações financeiras com prazo total de até 90 dias da data de aquisição, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de seu valor justo. Dentre os recursos disponíveis com essas características são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A moeda funcional adotada para a elaboração das demonstrações financeiras é o real.
- Instrumentos Financeiros
i. Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores e aplicações em CDB contratadas com o Banco GM S.A. (controladora) atualizadas com base nas taxas acordadas. Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados e a Administração tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".
d) Ativos circulante e realizável a longo prazo
Os ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo-se, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis", auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável. A provisão para outros créditos deve ser constituída considerando o valor de realização de tais créditos, em virtude das garantias oferecidas e da experiência da Administração. Os demais ativos são apresentados ao valor de realização.
e) Redução ao valor recuperável dos ativos
É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Na avaliação da administração, não houve indícios de perda por "impairment" no semestre findo em 30 de junho de 2021.
f) Passivos circulante e exigível a longo prazo
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias "pro rata temporis".
g) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias.
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o semestre findo em 30 de junho de 2021, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.
• Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
• Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
• Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
• Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
• Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.
h) Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil ao ano (R\$120 mil ao semestre), a provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro real. São também constituídos créditos tributários sobre despesas fiscais temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.
i) Partes relacionadas
A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 3.750/09 e CMN nº4636/18, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.



SERVIÇOS FINANCEIROS



GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

CNPJ nº 49.937.055/0001-11

TRACKER

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021, 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudo técnico elaborado semestralmente que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, as projeções orçamentárias da Administradora e os indicadores econômico-financeiros.

e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

	31/12/2020	Constituições (Realizações) Líquidas	30/06/2021
Créditos tributários:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões para riscos fiscais	3.660	29	3.689
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	1.571	(182)	1.389
Provisões para comissões	21.866	(3.828)	18.038
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	27.097	(3.981)	23.116
Créditos de prejuízo fiscal	23.425	(2.978)	20.447
Créditos de base negativa de contribuição social	8.483	(1.072)	7.411
Total de créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas	31.908	(4.050)	27.858
Total de créditos tributários (nota 6)	59.005	(8.031)	50.974
Obrigações fiscais diferidas:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Atualizações de depósitos judiciais	(1.115)	(49)	(1.164)
Total das obrigações fiscais diferidas s/diferenças temporárias (nota 9)	(1.115)	(49)	(1.164)
Líquido	57.890	(8.080)	49.810

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2021	2020
Composição das outras obrigações diversas:		
Obrigações com grupos de consórcio/consorciados (a)	220.097	228.636
Obrigações para comissões	53.052	64.314
Provisão para riscos cíveis (nota 10a)	3.470	3.840
Provisão para riscos trabalhistas (nota 10a)	616	782
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 17d)	3.149	1.450
Outros	6.554	9.171
Total	286.938	308.193
Passivo circulante	284.675	304.766
Exigível em longo prazo	2.263	3.427

a) Referem-se a recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pelo rendimento da cota do Fundo BRAM Fundo de Investimento Referencial DI Federal II. Do total de recursos não procurados, apenas R\$1.116.117 (R\$125.663 em 2020) são passíveis de incidências da taxa de administração conforme prevista na Circular 3.432/09. Os demais valores não sofrem tal dedução.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Composição de outras obrigações fiscais e previdenciárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	2021	2020
Provisão para impostos sobre o lucro - corrente - IRPJ e CSLL	9.439	-
Provisão para riscos fiscais	10.852	10.764
Provisão para passivo fiscal diferido sobre atualização monetária dos depósitos judiciais (a)	1.164	1.115
Impostos e contribuições a recolher (b)	2.343	3.746
Total	23.798	15.625
Passivo circulante	14.190	4.741
Exigível em longo prazo	9.608	10.884

a) Refere-se à constituição do passivo fiscal diferido sobre a receita de atualização monetária dos depósitos judiciais até a efetiva disponibilização dos recursos depositados em juízo.

b) Referem-se basicamente aos impostos sobre faturamento (PIS, COFINS e ISS) no montante de R\$2.223 (R\$3.375 em 2020) e tributos retidos na fonte sobre contratação de serviços R\$121 (R\$372 em 2020).

10. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição das provisões de riscos cíveis, trabalhistas e obrigações legais em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	2021	2020
Obrigações legais tributárias:		
Programa de Integração Social - PIS	10.852	10.764
Total da provisão para obrigações legais	10.852	10.764
Provisão para riscos cíveis	3.470	3.840
Provisão para riscos trabalhistas	616	782
Total	14.938	15.386

b) Movimentação das provisões e obrigações legais:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.764	782	3.840	15.386
Constituição/(Reversões) líquida do exercício	88	3	492	583
Pagamentos - (-)	-	(169)	(862)	(1.031)
Saldo em 30 de junho de 2021	10.852	616	3.470	14.938

Resumo dos passivos contingentes classificados como possíveis:

	2021		2020	
Causas Possíveis	Quantidade de processos	Montante (R\$ mil)	Quantidade de processos	Montante (R\$ mil)
Cíveis	443	3.692	390	2.916
Trabalhistas	2	39	2	128
Fiscais	8	2.148	9	2.142
Total	453	5.879	401	5.186

Obrigações legais

Referem-se basicamente às obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial e/ou administrativo, os quais estão integralmente provisionados, como segue:

• PIS - Mandado de Segurança visando à declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 que expandiu a base de cálculo da contribuição para o PIS, para permitir o recolhimento nos termos da LC 7/70 (PIS-Repique), ou, subsidiariamente, da Lei nº 9.715/98 (PIS-Faturamento).

• A Administradora iniciou uma nova discussão judicial fiscal em julho de 2017, para discutir a incidência do ISS sobre taxa de administração, no montante de R\$7.635 até a data da publicação.

Riscos trabalhistas

São ações movidas por terceiros, prestadores de serviços, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base no histórico de pagamentos realizados, nas verbas pleiteadas e na fase processual de cada ação.

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes a relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro.

As ações são controladas individualmente e as indenizatórias provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é constituído por 543.132 cotas sem valor nominal, no montante de R\$543.132 em 30 de junho de 2021 (543.132 cotas sem valor nominal, no montante de R\$543.132 em 31 de dezembro de 2020).

Conforme previsto no contrato social, aos cotistas é assegurado dividendo mínimo anual não inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei. Apesar do fato da Administradora ter auferido lucro líquido de R\$34.037 no semestre findo em 30 de junho de 2021 (R\$28.797 em 2020), a destinação dos lucros será definida em assembleia geral ordinária conforme contrato social.

12. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas de prestação de serviços referem-se à taxa de administração paga mensalmente pelos consorciados, no montante de:

	2021	2020
Receitas de prestação de serviços	127.200	106.610

13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Despesa de rateio com folha de pagamento (a) (nota 17d)	17.993	7.041
Comissões pagas às concessionárias por venda de cotas de consórcio	48.189	66.666
Serviços técnicos especializados	2.553	2.298
Sistema de comunicação	803	1.198
Sistema de processamento de dados	4.328	4.451
Despesas serviços do sistema financeiro	3.779	2.565
Despesas com propaganda e publicidade	2.193	1.388
Outras	1.431	1.764
Total	81.269	87.371

a) Refere-se a reembolso de despesa com folha de pagamento realizada para o Banco GM S.A.

14. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Atualização monetária de impostos a compensar e depósitos judiciais	753	4.472
Receita de multa e juros	1.375	1.562
Recuperação de Despesas Operacionais	44	5.017
Reversão de Contingências Cíveis e Trabalhistas	1.183	241
Outras (a)	36	39
Total	3.391	11.331

a) Refere-se substancialmente à recuperação de comissão sobre vendas de cotas de consórcio que estejam inadimplentes ou canceladas.

15. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Variação monetária e juros passivos (a)	2.149	2.920
Atualização da provisão para riscos fiscais	88	148
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	648	549
Pagamento de Indenizações Cíveis e Trabalhistas	882	1.056
Outras	133	158
Total	3.900	4.831

a) Refere-se à variação monetária dos recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pela variação da cota do Fundo BRAM Fundo de Investimento Referencial DI Federal II.

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2021	2020
ISS	6.429	5.409
PIS	1.251	1.924
COFINS	5.982	9.228
IOF	5	3
OUTROS	4	2
Total	13.671	16.566

17. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de junho são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo GMF.

b) Benefícios de curto prazo

	2021	2020
Remuneração fixa	349	150
Remuneração variável	648	136
Total	997	286

c) Rescisão dos contratos relacionados à Administração

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Transações com partes relacionadas

Os saldos nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são resumidos como segue:

	Ativo(Passivo)	Receita(despesa)		
	2021	2020	2021	2020
Banco GM S.A.:				
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	587.665	555.017	17.674	31.964
Outras obrigações - diversas (nota 8)	(3.149)	(1.450)	-	-
Outras despesas administrativas (nota 13)	-	-	(17.993)	(7.041)

18. GERENCIAMENTO DE RISCO

(a) Em consonância com a regulamentação vigente, as práticas adotadas no mercado, e as recomendações do comitê da Basileia, a Instituição, para suportar o adequado gerenciamento de seus riscos, adota as seguintes práticas:

(i) Departamento de Riscos Corporativos - foi criado departamento específico responsável pela gestão dos riscos de mercado e IRRBB (Interest Rate Risk in the Banking Book), liquidez, operacional, socioambiental, cibernético, estratégico, reputacional e gestão de capital da Chevrolet Serviços Financeiros.

Além disso, o departamento também tem a responsabilidade de monitorar e reportar ao CRO uma visão consolidada dos riscos, recebendo, analisando e apurando informações a respeito dos riscos de crédito (Atacado e Varejo), de conformidade, legal, e continuidade de negócios, criando uma visão integrada para adequada gestão de riscos e capital pelo CRO, com o objetivo de alcançar equilíbrio adequado entre risco e retorno, diminuindo os riscos desnecessários e protegendo os retornos financeiros da empresa. Além disto, a área atua assegurando a adequação e monitoramento dos indicadores estabelecidos na Declaração de Appetite a Riscos (Risk Appetite Statement - RAS), suprimindo e reportando ao CRO;

(ii) Risco de Crédito - consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a sua mitigação e controle, e em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela sua gestão, e as áreas de risco de crédito (Atacado e Varejo), como responsáveis por monitorar os indicadores de crédito para, caso haja necessidade, estabelecer correções imediatas seguindo o planejamento, estratégia e o apetite a riscos adotados pela organização;

(iii) Risco Operacional - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco operacional, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por avaliar os processos e controles internos, monitorar os indicadores de risco operacional (KRIs), fomentar discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelecer planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização;

(iv) Risco de Mercado e IRRBB - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de mercado, e a área de Riscos Corporativos, como a responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco das carteiras de negociação e bancária, incluindo acompanhamento do IRRBB (Interest Rate Risk of the Banking Book), mensurando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira. As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia, e apetite a riscos;

(v) Risco de Liquidez - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de liquidez, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por realizar o monitoramento e o controle independente de indicadores como o TRF (Time to Require Funding), Descasamento de Taxas e Moedas, LCR, Caixa Mínimo e Concentração de Funding, conforme os limites estabelecidos de forma adequada para financiar suas atividades de forma prudente e eficaz em termos de custos e gerenciamento do risco;

(vi) Gerenciamento de Capital - De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A política relacionada à Gestão de Capital da Chevrolet Serviços Financeiros estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo e abrange os seguintes pontos: papéis e responsabilidades, métricas da gestão de capital, regras de cálculo do capital, limites operacionais, planos de contingência e monitoramento contínuo. A Chevrolet Serviços Financeiros busca manter o capital em níveis adequados de acordo com sua estratégia, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local, sem comprometer os resultados do negócio;

(vii) Risco Socioambiental - De acordo com a Resolução 4.327/14 do CMN, o risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais associadas às atividades e operações da instituição. A Chevrolet Serviços Financeiros construiu uma Política de Responsabilidade Socioambiental, monitorada, atualizada e posta em prática pela área de Riscos Corporativos, visando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco socioambiental presente nas atividades e nas operações. Essa estrutura prevê estratégias, limites e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco socioambiental em conformidade com os níveis fixados na RAS;

(viii) Risco de Conformidade - O risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos à reputação resultantes da falha em cumprir: (i) leis e regulamentos; (ii) regras, códigos de conduta ou padrões/normas de organizações autorreguladoras às quais a Chevrolet Serviços Financeiros está sujeita ou das quais é membro; e (iii) políticas e procedimentos internos. Buscando o alinhamento entre as melhores práticas no que tange o gerenciamento de riscos ao perfil de negócio, às características da Instituição, e ao ambiente regulatório, a área de Compliance da Chevrolet Serviços Financeiros gerencia este risco de conformidade de forma estruturada, apoiada em normas e procedimentos corporativos, além de programas de conformidade, visando primariamente garantir que todas as regras aplicáveis estão sendo atendidas;

(ix) Risco Legal - O risco legal é associado à incorreta interpretação, aplicação e/ou não cumprimento dos dispositivos legais, regulamentações, acordos e preceitos éticos nas práticas das empresas, bem como à inadequação ou deficiência em seus contratos, podendo ter como consequências, incluindo, mas não se limitando a, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, diminuição do valor dos ativos contingências maiores do que as esperadas e indenizações por danos a terceiros. A Chevrolet Serviços Financeiros através de seu departamento Jurídico, atua de forma ativa para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco legal inerente ao seu negócio;

(x) Risco Estratégico - O risco de estratégia é definido como a possibilidade de perda decorrente da utilização de uma estratégia, premissas ou política de negócios inadequada ou de falta desta, incluindo a ausência ou execução equivocada de resposta a alterações de mercado e a fatores externos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui um processo regular, completo e consistente de planejamento estratégico, visando a projeção, acompanhamento e gestão de todos os indicadores estrategicamente relevantes para o seu negócio, de forma a subsidiar robustamente a tomada de decisão pela gestão;

(xi) Risco Reputacional - O risco reputacional é definido como a ocorrência ou possibilidade de exposição negativa que impacte a percepção daqueles com os quais se relaciona, incluindo clientes, investidores, agências de rating, colaboradores e órgãos reguladores, em relação às práticas de negócio, conduta ou condição financeira da Instituição. A gestão do risco reputacional na Chevrolet Serviços Financeiros é realizada a partir de processos contidos em diversas áreas da Instituição, os quais tem como objetivo mitigar a ocorrência de eventos que afetem a reputação, bem como atuar no controle e minimização da disseminação desses impactos;

(xii) Risco Cibernético - O risco cibernético é definido como o risco de ocorrerem eventos e perdas relacionados a dependências tecnológicas, e à interconexão entre sistemas, processos e instituições, vulneráveis a falhas ou ataques cibernéticos cujos efeitos podem ter proporções sistêmicas. A Chevrolet Serviços Financeiros mantém sólidas práticas de segurança cibernética no ambiente de negócios, contando com estruturas locais e globais dedicadas ao monitoramento contínuo, atualização e execução das melhores práticas, ferramentas e processos, visando mitigar este risco e garantir a gestão segura de informações e a proteção de dados de clientes e fornecedores.

(xiii) Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) - A Avaliação de Riscos na Continuidade dos Negócios é o processo de avaliar ameaças e vulnerabilidades de ativos, estimando potenciais perdas ou danos a eles atrelados, além das respectivas respostas a situações de interrupção ou indisponibilidade prolongada de infraestrutura ou de operação das áreas de negócio da Chevrolet Serviços Financeiro, buscando evitar o estabelecimento de cenários de crise. Assim, fornece uma estrutura para o gerenciamento de riscos em termos de probabilidade e magnitude do impacto.

19. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da GMAC Consórcio e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos semestres futuros. Em 30 de junho 2021 não houve resultado classificado como não recorrente.

20. OUTROS ASSUNTOS

A Administração acompanha tempestivamente os desdobramentos relacionados a pandemia de COVID-19 e seus impactos para o mercado e para as operações da GMAC Administradora de Consórcios, observando com a devida atenção as orientações governamentais e da Organização Mundial da Saúde. Ao longo da pandemia a GMAC Administradora de Consórcios adotou diversas medidas de prevenção para proteção e suporte a seus colaboradores, clientes, parceiros comerciais e da gestão de continuidade dos negócios, que inclui o uso do trabalho remoto e o desenvolvimento de canais digitais para manter a proximidade com o cliente.

A Diretoria

Contador: Alexandre Passos Alves - CRC 15P-297700/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

Cotistas e Administradores da

GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 30 de junho de 2021 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo nesta data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 30 de junho de 2021 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Administradora é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a declarar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente

se causada por fraude ou erro